

PROGRAMADAS PARA GERAR: A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DE GÊNERO PRESENTE NA MATERNIDADE COMPULSÓRIA

Laís Emanuelle Borba de Brito
*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia da Universidade
Federal do Rio Grande do Norte. Bolsista CAPES.
Laisemanuelle_2012@hotmail.com*

*Simpósio Temático nº 40: Violências, Marcadores Sociais da
Diferença E Pandemia: Nomeações, Políticas e Enfrentamentos*

RESUMO

Ao longo de suas vidas mulheres são cobradas constantemente para serem mães, por muitas vezes todo o seu crescimento é pautado unicamente no ato de gerar. Isso pode ser tensionado levando em consideração os brinquedos ditos como “femininos”, que giram em torno de cuidados com a casa e com bebês. Nesse momento o brinquedo que apenas serviria para a brincadeira, passa a ser um objeto de adequação para que futuramente tornem-se mães e donas de casa, sem mesmo questiona-las se desejam ou não estarem presentes nesse universo materno. Após lutas, questionamentos e o surgimento de novas abordagens, através do movimento feminista, essa perspectiva ganhou o nome de “maternidade compulsória”, compulsória pois, dessa forma, ser mãe é obrigatório, cobrado pela sociedade, e não apenas uma vontade da mulher. O seguinte artigo busca definir o que é essa maternidade compulsória, os motivos pelos quais é tão latente em nossa sociedade e como se apresenta e se reproduz por meio de uma violência simbólica de gênero. Usaremos como referencial teórico-metodológico as concepções de Pierre Bourdieu (2001, 2019) referente a *habitus*, socialização, dominação masculina, poder simbólico e violência simbólica; Judith Butler (2020) com gênero, sexo, identidade performatividade; Gilles Brougère (2010) com a concepções a respeito do brinquedo e por fim, Michel Foucault (2014) com o discurso.

Palavras-chave: Maternidade compulsória, violência simbólica de gênero, movimentos sociais de mulheres

ABSTRAT

Throughout their lives, women are constantly asked to be mothers, often their entire growth is based solely on the act of generating. This can be strained taking into account the toys said to be “feminine”, which revolve around caring for the home and babies. At that moment, the toy that would only be used for play becomes an object of adaptation for them to become mothers and housewives in the future, without even questioning them

whether or not they wish to be present in this maternal universe. After struggles, questions and the emergence of new approaches, through the feminist movement, this perspective gained the name of “compulsory motherhood”, compulsory because, in this way, being a mother is mandatory, demanded by society, and not just a woman's will. The following article seeks to define what this compulsory motherhood is, the reasons why it is so latent in our society and how it is presented and reproduced through symbolic gender violence. We will use as a theoretical-methodological framework the conceptions of Pierre Bourdieu (2001, 2019) regarding habitus, socialization, male domination, symbolic power and symbolic violence; Judith Butler (2020) with gender, sex, performativity identity; Gilles Brougère (2010) with the conceptions about the toy and, finally, Michel Foucault (2014) with the speech.

Keywords: Compulsory motherhood, symbolic gender violence, women's social movements

INTRODUÇÃO

A maternidade compulsória parte da concepção de que mulheres que não são mães precisam a todo custo tornarem-se para serem realmente completas. Além de que só conhecerão o amor verdadeiro após o nascimento dos filhos e que o ato de cuidar se encontra tão enraizado para elas que ser mãe seria apenas mais um passo.

O compulsório leva em consideração a perda da decisão. Dessa maneira, mulheres não teriam decisão alguma, sendo levadas a gerar um bebê exclusivamente por serem mulheres. Essa pressão inicia-se até mesmo durante a infância onde bonecas e brinquedos que remetem ao cuidado são entregues a essas crianças, como se aqueles objetos socializados estivessem apresentando seus únicos destinos.

O grande problema está em mulheres não questionarem tais discursos e representações e aceitarem continuar sem suas liberdades de escolhas, acreditando unicamente em um caminho para suas vidas, além disso, a própria condução discursiva da sociedade em que propõe que a mulher foi feita para gerar outra vida. Também é necessário apresentar que o ser mãe não é um trabalho remunerado e por muitas vezes solo. Além das próprias instituições não ajudarem com os custos dessas crianças, nem muito menos com locais de acolhimento tanto para crianças quanto para mães, sem mencionar as violências obstétricas sofridas e a não opção do aborto legal no Brasil, levando mulheres todos os dias a mortes.

Partiremos dessa forma, por meio das concepções de Pierre Bourdieu (2001, 2019) sobre *habitus*, violência simbólica, dominação masculina e poder simbólico em conjunto

com as ideias propostas por Judith Butler (2010) a respeito de gênero, sexo, identidade, feminismo e performativa com as perspectivas sobre discurso de Michel Foucault (2014) e a respeito de brinquedos de Gilles Brougère (2010), para tentar construir um arcabouço teórico que possa responder o principal questionamento desenvolvido. Até que ponto a maternidade compulsória é uma violência simbólica de gênero?

O seguinte artigo, assim sendo, busca apresentar um arcabouço teórico como possibilidade de recorte, tendo em vista que a maternidade compulsória como violência simbólica de gênero é um assunto pouco discutido, principalmente dentro da academia, podendo dessa forma, abrir uma porta para tantas outras pesquisas que poderão ser realizadas a partir desta. Será dividido em três tópicos: 1) Feminismo e maternidade; 2) A socialização do materno – o brinquedo e 3) A violência simbólica de gênero. Buscando dessa forma apresentar desde o arcabouço teórico até a discussão a respeito do tema.

FEMINISMO E MATERNIDADE

O feminismo surge como uma ação política que visa responder e auxiliar nos direitos e na cidadania de mulheres no final do século XVIII. Suas primeiras lutas buscavam garantir uma igualdade entre homens e mulheres. Esse primeiro momento é conhecido como Primeira Onda do Feminismo que se estendeu até o século XIX, apresentando e contribuindo com análises a respeito da opressão sofrida através do patriarcado. Nesse primeiro momento não se pensava nas questões das mulheres no espaço privado, unicamente sendo discutido a perspectiva pública, não questionando, por exemplo, o papel das mulheres em seus lares.

De acordo com Okin (2008), as feministas que participaram da primeira onda estavam preocupadas em defender oportunidades ligadas às mulheres, como a educação e o próprio sufrágio. Partindo do preceito de que a garantia e a conquista desses direitos às mulheres conseguiriam ser mães e esposas melhores. Dessa maneira, as feministas não interviam dentro dos lares, buscando os direitos para mulheres para que eles se reverberassem no espaço público.

Após essa fase inicial das concepções e lutas feministas, em um contexto de rompimento com as ideias e costumes da sociedade tradicional, os movimentos de mulheres trazem novas perspectivas e questionamento a respeito da liberdade e a luta por cidadania. Nesse momento, surge a Segunda Onda do Feminismo, adicionando o

pensamento crítico a respeito da condição das mulheres, seja nas relações e nos espaços de poder, seja com o seu gênero. Colocando em jogo, nesse momento, que a opressão sofrida por mulheres estaria para além do espaço público, mas adentrava por meio de dimensões pessoais, sociais e políticas. Deslocando assim da igualdade para os tensionamentos sobre a diferença e a identidade. (HITA, 2002)

De acordo com Fraser (2007), a Segunda Onda do Feminismo pode ser dividida em três fases, a primeira estaria envolvida com esses novos movimentos sociais, a segunda em que o movimento estava ligado a uma política de identidade e a terceira em que o feminismo age como uma política transnacional. É também durante essa segunda geração do feminismo que existiram os debates políticos mais radicais embasados na obra *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir (2016), desenvolvendo assim inúmeros questionamentos a respeito do sexo e principalmente sobre gênero.

Ainda é citado uma Terceira Onda do Feminismo, surgindo por volta da década de 90 e se alastra até os dias atuais. Tomam como princípio a análise de diferenças, da produção discursiva e representacional, além da própria subjetividade. Deslocando assim, das visões de mulheres e sexos para estudos relacionados as questões de gênero.

As visões traçadas durante cada fase coexistem ainda hoje, entretanto o que podemos encontrar mais latente nos debates feministas diz respeito aos tipos de opressões sofridas por mulheres constantemente. Nesse sentido, encontramos os debates envoltos a maternidade, por ser um mercador desse gênero que se encontra transpassada de poderes e desigualdades, não atingindo todas as mulheres do mesmo modo, mesmo que exista um padrão.

Podemos analisar as mudanças sociais que influenciaram esse processo de construção de um novo olhar para a maternidade. Com os avanços urbanos que aconteceram por meio da industrialização, a sociedade passou a produzir inúmeras mudanças, entre elas, familiares e ao que tange ao gênero e a liberdade sexual, além de tensionamentos a respeito dos desejos individuais das mulheres, um deles que será abordado durante esse artigo é a maternidade compulsória.

Por meio da expansão do mercado de trabalho pós-guerra e as mudanças já citadas, a mulher foi inserida nos ambientes de trabalho. Ao passo em que avanços científicos também ficaram em evidência, como os métodos anticoncepcionais e tecnologias reprodutivas. Tais conquistas contribuíram de forma significativa para o movimento

feminista. Todavia, nesse momento a maternidade passa a ter uma outra dimensão na vida da mulher, ela assim, pode escolher ser ou não mãe.

A partir dessa escolha, surgem os dilemas entre a maternidade e o trabalho, diante da modificação da dinâmica familiar, tendo em vista que mesmo inserida no mercado de trabalho as mulheres continuam encarando um modelo patriarcal dentro e fora do seu lar em que esperam que antes de qualquer coisa ela seja esposa e mãe, dividindo-a assim em jornadas duplas e triplas de trabalho, levando em consideração que além do trabalho ela ainda precisará cuidar da casa, dos filhos e até mesmo do seu marido.

Dessa maneira, o feminismo expõe uma maternidade compulsória, levando em consideração que mulheres se tornam mães pois durante todas suas vidas elas foram levadas a isso. Mesmo após a maternidade podendo ser uma escolha, é necessário analisar se realmente ela é uma escolha ou apenas é vista como tal, pois mulheres continuam sendo conduzidas por toda uma concepção de que elas são completas unicamente por serem mães. A seguir será apresentado o que um brinquedo, mas necessariamente como ele está imerso a uma cultura que busca influenciar tais crianças a naturalização do maternar.

A SOCIALIZAÇÃO DO MATERNAR – O BRINQUEDO

Antes mesmo do nascimento, quando o médico (a) diz se é menino ou menina já existe toda uma simbologia atribuída. São cores, personagens e principalmente brinquedos que remetem ao feminino e ao masculino, esses que dificilmente saem dessa padronização. As meninas ganham bonecas e utensílios domésticos, já os meninos ganham automóveis, bonecos que são heróis, bolas, entre tantas coisas que ao contrário das meninas dão a possibilidade deles se verem livres e donos do mundo, enquanto as meninas ficam apenas com a casa e com os cuidados com os outros.

As histórias que são contadas para elas são fantasias e conto de fadas baseados em um encontro em sua vida toda com um príncipe encantado em que ela deixa tudo para trás e se aventura com um homem, na maioria das vezes desconhecido, que se torna o seu grande amor e que vão viver felizes para sempre com seus filhos em um grande castelo. Enquanto as histórias contadas para os meninos são contos de heróis, guerra, fantasia, em que eles poderão ser independentes e conquistar tudo sem depender exclusivamente de encontrar um par ideal.

De acordo com Gilles Brougère (2010), toda socialização pressupõe que aconteça uma apropriação da cultura que é compartilhada por toda uma sociedade. Dessa maneira, a criança é confrontada desde cedo com inúmeros elementos culturais, imagens e representações que traduzem ou não sua realidade, mas que dependendo de suas escolhas serão aspectos cruciais no seu crescimento. Segundo Brougère (2010, p. 66):

Encaramos a socialização como o conjunto dos processos que permitem à criança se integrar ao “*socius*” que a cerca, assimilando seus códigos, o que lhe permite instaurar uma comunicação com os outros membros da sociedade, tanto no plano verbal quanto no não verbal.

A infância torna-se assim um momento de apropriação de representações, discursos e imagens em que suas fontes podem ser inúmeras, o brinquedo é uma dessas. Assim sendo, podemos levar em consideração o brinquedo tanto na sua funcionalidade quanto na sua dimensão simbólica, ou seja, a função do brinquedo seria o seu simbolismo.

Dessa forma, quando meninas se deparam com uma boneca bebê, com todas suas funcionalidades, acessórios e todo o ritual do cuidado que lhes são ensinadas, a boneca deixa de apenas ser um brinquedo que levaria a brincadeira e passa a ser um símbolo do que futuramente vem a ser um bebê real. A brincadeira deixa o seu aspecto lúdico e torna-se uma representação daquilo que a sociedade espera de mulheres, podendo também ser visto com brinquedos que representam os cuidados com a casa que vão desde a parte da cozinha, passando por outros equipamentos e móveis, até mesmo a própria casa de bonecas. Segundo Brougère (2010, p. 45) “Manipular brinquedos remete, entre outras coisas, a manipular significações culturais originadas numa determinada sociedade.”, assim sendo, tal representação só significa na sociedade em que se enquadra, a boneca que representa um bebê só influencia de tal maneira as meninas porque toda uma socialização de conceitos se encontra presente.

Ainda segundo Brougère (2010) a boneca seria um espelho deformante, espelho que seria destinado a certos sujeitos e um espelho direcionado a crianças que não está ligado a nenhuma realidade concreta. Nem tudo é refletido no mundo da boneca, assim sendo o espelho deformante também é um espelho seletivo. Porém, é necessário questionarmos quem constrói esse espelho, a boneca é produzida dessa forma, numa cultura, por sujeitos determinados que colocam em cena suas próprias concepções.

Com esse brinquedo em mãos as meninas são ensinadas desde pequenas que precisam cuidar, necessariamente que em algum momento de suas vidas serão mães, atitude que não é esperado dos meninos que dificilmente brincam com tais brinquedos ou são levados a brincar, pois a paternidade em nossa sociedade é uma escolha, enquanto a maternidade é um destino.

Assim sendo, o brinquedo é a primeira porta para esse universo, será a partir dele e de suas representações que a construção e o desenvolvimento de crianças vão acontecer. Sendo futuramente, por exemplo, questionadas se nasceram para serem mães, os motivos que fazem não ser, sendo cobradas, encurraladas, apedrejadas por uma sociedade que visa uma mãe, reprodutora e incubadora humana. Tais objetos circulam por meio de uma socialização de preceitos que se justifica por meio de violência simbólica de gênero. A seguir iremos identificar o que seria esse tipo de violência.

A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DE GÊNERO

A violência de gênero se dá por meio de uma agressão seja ela física, psicológica, sexual ou simbólica contra qualquer indivíduo que se encontra em vulnerabilidade devido ao seu gênero. Segundo a estimativa global publicada pela OMS¹ (Organização Mundial de Saúde) no ano de 2017, uma em cada três mulheres no mundo todo, ou seja 35% delas, foram vítimas de violência física ou sexual. E segundo a ONU² sete em cada dez mulheres já foram ou serão violentadas ao longo da vida. Além dos crimes que são intencionais, muitos ainda são justificados por questões culturais, religiosas, socioeconômicas e patrimoniais.

Conforme a Convenção do Belém do Pará³ (Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher, adotada pela OEA em 1994), a violência contra a mulher caracteriza-se como toda e qualquer ação que seja baseada no gênero, resultando em morte, sofrimento, dano, seja ele físico, sexual ou psicológico à mulher, no que se refere ao âmbito público ou privado.

¹ Informação disponível em: <https://www.who.int/eportuguese/countries/bra/pt/>

² Informação disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/>

³ Informação disponível em: <https://www.tjse.jus.br/portaldamulher/definicao-de-violencia-contr-a-mulher>

De acordo com a Declaração do Milênio da ONU⁴, promover a igualdade de gênero e a eliminação de violências contra as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas é uma das metas dos objetivos de desenvolvimento. Em conjunto com a Convenção para a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (Cedaw, 1979) e a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994), garantem o compromisso de uma vida sem violência contra mulheres.

A violência contra mulheres é uma construção social, que se dá por meio de relações transpassadas de poder entre os sujeitos. A partir dessas relações, por exemplo, que são difundidos o machismo⁵, o preconceito e a desigualdade de gênero. Por meio disso, é visível o surgimento de outras violências⁶, como a patrimonial, psicológica, sexual, econômica e a simbólica de gênero, que será discutida no percurso dessa pesquisa.

De acordo com Bourdieu (2019), a dominação masculina acontece por meio de uma violência simbólica. Da forma que é imposta, vivenciada, exercida e embasada em um princípio simbólico que é conhecido e reconhecido tanto no que diz respeito ao dominante quanto ao dominado, seja através de uma língua, estilo de vida, emblema ou estigma, cor da pele, etc. Segundo o autor:

Incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas da ordem masculina; arriscamo-nos, pois, a recorrer, para pensar a dominação masculina, a modos de pensamento que são eles próprios produto da dominação. (2019, p. 17)

Desse modo, as próprias posições em que os corpos ocupam dentro da sociedade refletem de forma direta em seus papéis. Suas oposições marcadas dentro de tal campo se estabelece de forma homologas, seja: alto/baixo, em cima/embaixo, na frente/atrás, direita/esquerda, reto/curvo, seco/úmido, etc. Tal divisão parece estar na “ordem das coisas”, para dizer natural e normal ao passo que se torna inevitável, funcionando como “sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e ação”. (2019, p. 22)

⁴ Informação disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/documentos-de-referencia/>

⁵ O machismo entendido aqui como um tipo de preconceito expressado por opiniões e atitudes que se opõe a igualdade de direitos entre os gêneros, com um favorecimento do gênero masculino e com detrimento do gênero feminino.

⁶ <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>

Dessa maneira, essa divisão se estabelece, por exemplo, nos lugares de trabalho, no que homens e mulheres vão desempenhar em suas atividades, os locais em que podem ou não circular. Detenhamo-nos a casa, quais são os lugares em que são colocados como “de mulheres”? e quais são colocados “de homens”? Percebamos que dentro das nossas próprias casas existem lugares sexualizados. Segundo Bourdieu (2019, p. 26):

É o princípio de visão social que constrói a diferença anatômica e que esta diferença socialmente construída que se torna o fundamento e a caução aparentemente natural da visão social que a alicerça, caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade, sob forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob forma de esquemas cognitivos que, organizados segundo essas divisões, organizam a percepção das divisões objetivas.

É esse efeito de “destino” que tais categorias carregam e que só poderemos pensar em uma reorganização desses modelos marcados e estabelecidos em nossas sociedades quando o próprio modo de convivência e pensamento for mudado. Não podemos falar em equidade de gênero sem pensarmos quais são os pequenos, mas cruciais efeitos de dominação que ainda estão presentes em nossa sociedade que fazem com que mulheres e homens ocupem determinados lugares.

Quando abordamos a questão da maternidade em nossa sociedade, existem inúmeros fatores envolvidos. Mesmo como foi descrito acima sendo uma opção, essa opção carrega variados preconceitos e estereótipos. Podemos citar, por exemplo, o uso de anticoncepcionais que transformam completamente o corpo da mulher, além de ser uma bomba de hormônios e que é exclusivamente voltado para elas. A questão do aborto que no Brasil não é legalizado, ao passo em que mulheres morrem todos os dias sem acesso a um aborto seguro. Faz-se necessário também falar sobre o como nossa sociedade encara tais procedimentos, colocando sempre a mulher como um problema, ou como monstro em determinadas situações em que ela se coloca como prioridade.

Tais discursos como “Ser mãe é padecer no paraíso”, “O único amor incondicional é o da mãe”, “Mulher nasce com o instinto maternal”, “Você não quer ter filhos? Que egoísta?”, “Você vai se arrepender é só uma fase depois você muda de ideia”, podem ser caracterizados como violências simbólicas de gênero, pois se utilizam do discurso e da representação para induzir mulheres a maternidade compulsória.

Dessa forma, para compor essa pesquisa, trataremos as concepções de Judith Butler (2020) a cerca de gênero, sexo, identidade, feminismo e performatividade, tendo em vista que buscamos compreender e destrinchar uma violência simbólica de gênero. Segundo a autora o gênero não seria uma essência, muito menos uma construção social, mas sim, uma produção do poder. Ela toma como base o feminismo para posteriormente discutir a identidade, sendo expandida para o que seria o gênero em geral, até chegar a sua própria concepção de sujeito. Partindo da crítica genealógica de Michel Foucault e do que ele compreendia como poder, Butler (2020) busca produzir uma crítica as categorias de identidade, especialmente, identidade enquanto base da ação política do movimento feminista.

Ao desenvolver a noção de gênero como sendo um ato performativo, a autora coloca a identidade como sendo um efeito desses atos que, ao passar do tempo, adquire certa aparência de substância. Desta maneira, existe o deslocamento das concepções de identidade e sujeito, ou sujeito dentro do movimento feminista, podendo ser deslocado da identidade “mulher”, para aquele em que não tem uma definição precisa, da forma que se constitui por meio da forma que agem, atuam e lutam contra os engessamentos e imposições.

Esse não-lugar do sujeito dentro do movimento feminista, para Butler (2020) não o livraria de ser enquadrado dentro dos mecanismos de poder, mas o daria maior liberdade para que possam resistir aquilo que os imobilizam. A diversidade de atos e formas de ser e estar no mundo/sociedade se constrói como a melhor maneira de resistir aquilo que os limitam.

Butler (2020) também afirma que não se pode recorrer a determinado corpo que sempre foi interpretado por meio dos variados culturais. Diante disso, é possível pensar em como o corpo é constantemente envolvido pelo ato discursivo desde da sua concepção, por exemplo, a partir do terceiro mês de gestação em que é anunciado pelo médico se é menino ou menina, esse discurso insere esse bebê culturalmente. Existe toda uma expectativa ao redor do sujeito, cores, brinquedos, nomes, tudo são dados antes mesmo de suas escolhas, além de toda uma bolha em que seus pais os inserem, ou seja, antes mesmo do seu nascimento os sujeitos estão marcados por inúmeros significados culturais.

Dessa forma, Butler defende que “[...] o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva.” (BUTLER, 2020, p.27), ou seja, o sexo é gênero desde o início. Neste ponto, Butler (2020), propõe que assim como o gênero, o sexo

também é produzido por meio do discurso. Assim sendo, o gênero não é anterior ao discurso, ao contrário disso, ele é um efeito do discurso. Considerando que o sexo também existe pré-discursivamente. Não sendo uma substância ou essência, mas uma produção que nasce por meio do discurso.

Em contrapartida, é necessário compreendermos que essa violência simbólica de gênero é constituída por meio de um discurso. Dessa maneira, é imprescindível analisar que discurso é esse? Quais implicações para a vida das mulheres? E ainda mais importante quais são os motivos que fazem com que os agentes postos nas sociedades os produzam?

Segundo Michel Foucault (2014) o discurso é preciso ser visto como um acontecimento, em uma perspectiva de descontinuidade, ruptura, limiar, limite e série e que se apresenta em constante transformação. Além de questionar os motivos pelos quais o sujeito profere tal discurso e não outro, além das suas condições de produção. Para Foucault (2014, p. 08):

[...] Toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Assim sendo, o discurso não está pairando no ar, não é apenas um discurso, mas age por meio de poderes que os transpassa. O discurso que a mulher só se torna realmente completa quando é mãe está na ordem das coisas, é apoiado por toda uma sociedade que compactua e incentiva mulheres a serem mães e apagam todo um sofrimento em que a maternidade é envolto.

Pouco se fala sobre os problemas físicos e mentais que uma gravidez pode acarretar, porque existe todo um discurso pautado no ato de cuidar, mas não qualquer cuidado, é um cuidado em que a mulher precisa deixar de ser quem é, ou seja, deixar de trabalhar, estudar, se cuidar, estar em demais espaços, unicamente para estar disponível a qualquer momento para essa criança. E esse discurso se repete inúmeras vezes. De acordo com Foucault (2014, p. 21):

Não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazer variar; formulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conversam,

porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza.

Nessa perspectiva, existe todo um jogo de socialização ou universalização de preceitos. São ideias tão enraizadas na sociedade que acabam tornando-se naturais e vistas como verdades absolutas. Meninas crescem acreditando que suas únicas funções são de cuidado, seja com a casa ou com filhos e o marido é porque a sociedade por meio de uma socialização que se encontra para além da família, passando por escola, trabalho, religião de concepções baseadas no machismo, sexismo e no próprio patriarcado. (Bourdieu, 2001)

Ainda de acordo com Bourdieu (2001), a sociedade e os agentes inseridos nela apenas quebrariam com toda linearidade de concepções por meio de uma tomada de consciência ou ato cognitivo. Dessa forma, essa visão da mulher como sendo necessitante em ser mãe a qualquer custo só seria transformada através dos próprios agentes que sofrem essa ação. Podemos retornar, por exemplo, o movimento feminista, tantos avanços que podemos citar partiram exatamente de uma tomada de consciência e o fim da maternidade compulsória partiria também disso e para além.

INCONCLUSÕES

Abordar sobre tal assunto não parte de um lugar simples, levando em consideração que enquanto mulher tal violência também me transpassa diariamente. Todavia, é necessário sair dessa concepção de submissão que nos é imposta e buscarmos desenvolver ainda mais análises e concepções sobre aquilo que nos atravessa de tal forma que nos inquieta.

A violência simbólica de gênero, que talvez seja a primeira a adentrar dentro desses corpos se encontra tão enraizada e silenciosa que nos passa constantemente despercebida. São nas perguntas, nas respostas e até mesmo nos silêncios que ela se esconde. Dessa maneira, tornando de suma importância ser tensionada em suas inúmeras perspectivas.

Assim sendo, busco por meio dessa pesquisa plantar sementes de inquietações e questionamentos e que ela possa, talvez, ser o primeiro passo para o surgimento de tantas

outras que irão, sem sombra de dúvidas, responder a lacunas deixadas e recortes novos que poderão ser feitos.

REFERÊNCIAS

BROUGÈRE, GILLES. **Brinquedo e cultura**/ Gilles Brougère; revisão técnica e versão Brasileira adaptada por Gisela Wajskop. – 8. Ed. – São Paulo: Cortez, 2010. – (Coleção questões da nossa época; v. 20)

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Guarulhos – SP: Bertrand, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Guarulhos – SP: Bertrand, 2001.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. vol. 1, 3. Ed. Trad. Sérgio Millet. - Rio de janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FRASER, Nancy. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Estudos Feministas**. - Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104026X2007000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 de nov de 2021.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970** Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HITA, Maria Gabriela. Igualdade, identidade e diferença(s): feminismo na reinvenção de sujeitos. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; COSTA, Rosely Gomes; RAMIREZ, Martha Celia (Coords). **Gênero em matizes**. - São Paulo: Bragança Paulista, pp. 319-350, 2002.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. In: **Rev. Estudos Feministas**, (v16, n. 2), 2008.